

Para Fiesp, a crise será agravada

Do serviço local e da sucursal

O corte de 250 bilhões de cruzeros no crédito estipulado para fevereiro, do Banco do Brasil, é uma brutalidade, porque afeta todos os setores produtivos, representando não só encarecimento do custo mas também falta de dinheiro, dificuldades de sobrevivência das empresas e aprofundamento sério da crise. Por isso, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que conhecia a medida desde segunda-feira passada, apresentou uma proposta aos ministros Ernane Galvêas, Delfim Netto e ao presidente do BC, Affonso Celso Pastore, na última quinta-feira, de um critério de corte diferenciado, dando prioridade às pequenas e médias indústrias, pois, segundo seu presidente, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, o corte linear não leva em conta que alguns setores em empresas podem resistir mais do que outros.

De fato, o Banco do Brasil representa 50% do crédito disponível, mas o perfil da dívida das grandes empresas é mais vinculado ao crédito particular, enquanto as PME dependem em 50% dos bancos oficiais, principalmente do Banco do Brasil.

O corte de 10% sobre o saldo de 31 de janeiro, segundo Vidigal, deve-se ao estouro do orçamento do BB, que teve uma expansão de 5,5% em janeiro, quando a programação era de 2,8% para todo o sistema no primeiro trimestre. O estouro parece estar nas linhas de crédito à exportação da Cacex. "O aperto viria, mas, se tivesse ocorrido desde janeiro, não concentraria agora, em dois meses", prossegue Vidigal, afirmando que já previa o aperto de crédito, na aprovação do orçamento monetário. "Agora é um aperto real, e o pior não é a elevação dos juros, mas sim que não haverá dinheiro disponível".

Também na opinião do diretor do Departamento de Economia da Fiesp, Paulo Francini, o corte representará um aprofundamento das dificuldades e uma "verdadeira desgraça para aquelas empresas que estão endividadas". Ele lembra que quando anunciada a expansão de 2,8%, não houve grandes surpresas, porque sempre no primeiro trimestre há uma redução porque houve expansão de crédito no mês de dezembro.

Só que em janeiro deste ano não houve a retração esperada, devido, em sua opinião, à inflação, porque há

maior dificuldade em conter a base monetária. Com uma taxa de inflação em janeiro de 10%, resultando numatixa anualizada de 200%, segundo ele, não era de se prever outra consequência. Francini destacou ainda que a Fiesp assinará um convênio com a Unicamp, que já mantém um convênio com a Secretaria de Planejamento do Estado, para averiguar os efeitos da crise econômica na indústria paulista e analisar o risco de sucateamento.

APREENSÃO EM SANTOS

A Associação Comercial de Santos e o seu departamento de torrefadores de café estão apreensivos com o anunciado corte nos descontos de duplicatas pelo Banco Central e Banco do Brasil. Em telex enviado ontem ao ministro do Planejamento, Delfim Netto, a ACS e aquele departamento afirmam que a redução drástica anunciada das aplicações em descontos de duplicata colocará em risco a sobrevivência das torrefadoras de café, "em sua totalidade de pequeno e médio porte".

O telex solicita a Delfim Netto que, ao invés de serem reduzidos os descontos já programados, sejam eles mantidos ou ampliados na rede bancária oficial.